Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Projeto de Lei Complementar nº de 2025 (do deputado federal Kim Kataguiri - UNIÃO-SP)

Altera a Lei Complementar nº 64, de 1990 (Lei das Inelegibilidades) para tratar sobre a inelegibilidade de membro de organização criminosa ou terrorista.

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1°. Esta Lei Complementar altera a Lei Complementar n° 64, de 1990 (Lei das Inelegibilidades) para tratar sobre a inelegibilidade de membro de organização criminosa ou terrorista.

Art. 2°. A Lei Complementar n° 64, de 1990, passa a viger com as seguintes alterações:

	"Art. 1	°				
	I					
	e)					
	10.	praticad	dos	por	asso	ciação
criminosa, organização criminosa, quadrilha ou						
bando.						
	r) os	s que	apoia	rem	organ	ização
crimino	sa a	eenciacã	o crin	ninosa	ΟU	aruno





Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

terrorista, pelo período de 8 (oito) anos após a declaração, por meio de:

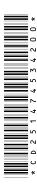
- propaganda que enalteça ou promova os seus feitos ou os seus membros;
- 2. promoção, organização, realização ou qualquer tipo de apoio a atividade supostamente artística ou cultural, que sirva para enaltecer, promover ou de qualquer forma proteger os seus feitos ou os seus membros;
- 3. promoção, reprodução ou propagação de estética que atraia crianças, adolescentes e jovens para o crime organizado ou para a atividade terrorista, ou que tornem os criminosos, terroristas, associações criminosas ou organizações criminosas objeto de apreciação, admiração, identificação ou ideal a ser alcançado;

§10. Na hipótese da alínea *r*, a declaração será judicial e pode ser feita:

I - em processo autônomo, com pedido declaratório, de autoria do Ministério Público ou de partido político com representação no Congresso Nacional;

II - de forma incidente em processo civil ou criminal, bastando o reconhecimento do apoio às associações criminosa, organizações criminosas ou grupo terrorista na fundamentação da sentença;





Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

III - pela Justiça Eleitoral, de ofício ou por provocação, no ato do registro eleitoral §11. Em todos os casos mencionados no §10 deste artigo, o pronunciamento judicial por órgão colegiado ou em sentença com trânsito em julgado será o suficiente para a inelegibilidade."

Art. 3°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo aprimorar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), a fim de estabelecer a inelegibilidade de pessoas que apoiem, direta ou indiretamente, organizações criminosas ou terroristas, em conformidade com os princípios constitucionais da moralidade e da probidade administrativa (art. 14, § 9º, da Constituição Federal).

A sociedade brasileira tem convivido com a banalização e até a glamourização do crime organizado, o que contribui para normalizar comportamentos ilícitos e enfraquecer o senso coletivo de respeito às leis e às instituições. Essa distorção simbólica produz um grave efeito social: relativiza a violência, distorce valores e cria, entre jovens e adolescentes, uma perigosa identificação com figuras criminosas.

Além disso, observa-se o uso crescente de discursos e manifestações que buscam justificar moralmente as ações de criminosos ou de grupos terroristas, apresentando-os como vítimas ou heróis de uma suposta luta social. Esse tipo de narrativa enfraquece as instituições do Estado Democrático





Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

de Direito e deslegitima a atuação das forças de segurança e da Justiça, criando terreno fértil para o avanço da criminalidade organizada.

A proposta, portanto, visa responsabilizar politicamente aqueles que, mesmo sem participação direta em crimes, contribuam para a propagação, defesa ou promoção de grupos criminosos ou terroristas, tornando-os inelegíveis por oito anos, após decisão judicial.

A inelegibilidade não é uma pena, mas uma condição de proteção do sistema eleitoral e da moralidade pública, de modo a evitar que pessoas que atuem contra os interesses da segurança nacional e da sociedade democrática ocupem cargos eletivos.

Dessa forma, a proposição reafirma o compromisso do Parlamento brasileiro com a defesa da legalidade, da moralidade e da segurança pública, impedindo que agentes simpatizantes de organizações criminosas ou terroristas possam exercer cargos representativos da vontade popular.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei Complementar.

Sala das Sessões, de de 2025

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)



